

O convênio Purdue-UREMG/UFV em tempos de ditadura: um ponto de interlocução

GUSTAVO BIANCH SILVA¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as relações entre Brasil e Estados Unidos no tocante aos convênios entre universidades rurais. Na década de 1950, os governos dos dois países estabeleceram parcerias para intercambiar experiências de cientistas americanos em instituições brasileiras. Entre transferência de recursos, empréstimos, bolsas de pesquisas, orientações de investigações científicas, enfim, a influência americana na universidade em Viçosa foi potencializada no contexto da ditadura militar brasileira, de 1964 a 1973. Mesmo que essa parceria fosse planejada antes dos governos militares, a ditadura conseguiu convergir os interesses da pesquisa agropecuária existente em Viçosa com sua política econômica. Portanto, a hipótese levantada neste artigo associa diretamente o desenvolvimento do convênio Purdue-UREMG/UFV com os propósitos econômicos da ditadura militar. Qual seria o desdobramento do convênio para as relações entre a universidade e o Estado autoritário?

Palavras-chave: Ditadura militar. Convênios internacionais. Pesquisa científica.

The Purdue-UREMG/UFV agreement in times of dictatorship: a point of interlocution

Abstract

The purpose of this paper is analyzing the relationship between Brazil and the United States regarding the agreements between rural universities. In the 1950s, governments between the two countries established partnerships to exchange experiences of American scientists in Brazilian institutions. Among the transfer of resources, loans, research grants, scientific investigation guidelines, the

American influence at UREM/UFV was enhanced in the context of the Brazilian military dictatorship, from 1964 to 1973. Even though this partnership was planned before the military governments, the dictatorship was able to converge the interests of existing agricultural research in Viçosa with its economic policy. Therefore, the hypothesis raised in this article directly associates the development of the Purdue-UREM/UFV Agreement with the economic purposes of the military dictatorship. What would be the results of this agreement for the relationship between the University and the authoritarian state?

Keywords: Military dictatorship. International agreements. Scientific research.

El acuerdo Purdue-UREM/UFV en tiempos de dictadura: un punto de interlocución

Resumen

El propósito de este trabajo es analizar la relación entre Brasil y los Estados Unidos con respecto a los acuerdos entre universidades rurales. En la década de 1950, los gobiernos entre los dos países establecieron asociaciones para intercambiar experiencias de científicos estadounidenses en instituciones brasileñas. Entre la transferencia de recursos, préstamos, becas de investigación, directrices de investigación científica, la influencia estadounidense en UREM/UFV se reforzó en el contexto de la dictadura militar brasileña, de 1964 a 1973. Aunque esta asociación se planificó antes que los gobiernos militares, la dictadura fue capaz de converger los intereses de la investigación agrícola existente en Viçosa con su política económica. Por lo tanto, la hipótesis planteada en este artículo asocia directamente el desarrollo del Acuerdo Purdue-UREM/UFV con los propósitos económicos de la dictadura militar. ¿Cuáles serían los resultados de este acuerdo para la relación entre la Universidad y el estado autoritario?

Palabras clave: Dictadura militar. Acuerdos internacionales. Investigación científica.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar o convênio da Universidade Rural de Minas Gerais (UREM) – posteriormente, Universidade Federal de Viçosa² – com a Universidade de Purdue³ e suas possíveis conexões com a ditadura militar brasileira. O convênio firmado entre as duas instituições foi acordado em 1952, com a assistência americana à recém-criada Escola de Ciências Domésticas. Em 1958, o convênio foi ampliado para outras esferas da então UREM, sendo estendido até 1973. Em virtude

das semelhanças institucionais e científicas das duas universidades – ambas situadas fora dos grandes centros e com grande ênfase na pesquisa em agropecuária –, o intercâmbio científico consistiu na transferência de recursos em conjunto com a especialização de pessoal e know-how para a potencialização da produtividade acadêmico-científica aplicada ao setor agrícola. Os anos áureos dessa parceria coincidem com o regime militar brasileiro, que possuía interesses na modernização da agricultura do país nos moldes preconizados pelo convênio.

Após a Segunda Guerra Mundial, a ajuda externa dos Estados Unidos se concentrou na reconstrução dos países europeus devastados pelo conflito mundial. Em contrapartida, crescia na América Latina grande insatisfação dos diferentes países contra a política norte-americana de ajuda ao continente. Em meio às possibilidades de golpes e revoluções de esquerda, os Estados Unidos buscaram programas de financiamento para reduzir a influência soviética na sua maior área de influência.

Nesse espírito, foi fundado pelo presidente John F. Kennedy, em 1961, a Aliança para o Progresso. Na perspectiva de Silva (2014) e Ayerbe (2002), na reunião da Organização dos Estados da América (OEA), em Punta del Este, o presidente norte-americano apresentou um amplo programa de ajuda externa à América Latina. Entre muitos objetivos estavam a reforma agrária, o aumento da produtividade agrícola, o crescimento do produto interno bruto, a erradicação do analfabetismo, a redução da mortalidade infantil, a estabilização da inflação, o estímulo à industrialização e a integração econômica das nações. Os recursos prometidos para atingir esses objetivos chegavam a 20 bilhões de dólares ao longo de 10 anos, divididos entre tesouro dos Estados Unidos, o setor privado norte-americano e os países latino-americanos. A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), portanto, era a encarregada de fazer cumprir as metas da Aliança para o Progresso.

Dessa forma, os convênios entre universidades foram aproveitados pela USAID para alavancar oportunidades para a modernização da agricultura. Naquele momento, esse era considerado um dos grandes entraves para o desenvolvimento do capitalismo no chamado Terceiro Mundo. Além desse aspecto, a ajuda na redução dos gargalos que impediam a fluidez econômica nos países latinos contribuía diretamente para o sucesso da economia dos Estados Unidos, com maiores possibilidades comerciais e dividendos oriundos de financiamentos e empréstimos.

Em relação ao convênio Purdue-UREMG/UFV, Fernandez (1991) afirma que, a partir do sucesso do primeiro contrato entre a UREMG e a Universidade de Purdue em 1952, os governos brasileiros e americanos assinaram um acordo, em 1958, que estabeleceu o programa denominado Projeto ETA (Escritório Técnico de Agricultura), com a assistência da International Cooperation American (ICA) e o apoio da Fundação Ford. O ETA era um órgão brasileiro e norte-americano vinculado ao Ministério da Agricultura do Brasil desde 1953. Com a criação da Aliança para o Progresso em 1961, o escritório ficou submetido à USAID. Dessa forma, nos primeiros anos, o convênio Purdue-UREMG estava sob o comando do ETA. Após a renovação do convênio em 1964, o programa entre as duas universidades ficou submetido diretamente à USAID sem o intermédio do ETA. Esse contrato durou até 1973. Em 21 anos de projeto, Fernandez (1991) aponta que vieram para Viçosa 155 cientistas e técnicos americanos, somados com 40 consultores, que também auxiliaram nos trabalhos.

Na própria perspectiva da USAID, os convênios implementados no Brasil poderiam contribuir, sobretudo, para reduzir os pontos de estrangulamento do crescimento econômico do país. De acordo com a agência, esses pontos seriam: a inflação, a produção agrícola arcaica e ineficiente, o baixo nível de poupança e investimentos, um sistema educacional aquém das necessidades da industrialização, a taxa alta de crescimento populacional e a proliferação de doenças (USAID, s/d). A ajuda externa, portanto, buscava proporcionar a regulação dos mercados brasileiros. Quanto maior a estabilidade da economia nacional, melhores as chances de negócios para os norte-americanos.

Portanto, modernização econômica, desenvolvimento científico aplicado à agricultura e ajuda externa são elementos que convergiram para o convênio Purdue-UREMG/UFV e o regime militar. Mesmo que essa parceria fosse planejada antes dos governos militares, a ditadura conseguiu conectar os interesses da pesquisa agropecuária existente em Viçosa com sua política econômica. Assim, a hipótese levantada neste artigo associa o desenvolvimento do convênio Purdue-UREMG/UFV com os propósitos econômicos da ditadura militar. Qual seria o desdobramento do convênio para as relações entre a universidade e o Estado autoritário?

Para desenvolver a questão anterior, foram utilizados como documentação alguns textos produzidos pela USAID, relatórios e proposta de

renovação do convênio Purdue-UREMG/UFV. Alguns jornais de grande circulação nacional, por exemplo, Folha de S. Paulo e O Globo, também foram analisados como fontes complementares.

O convênio Purdue-UREMG/UFV

Para operacionalizar seus programas no Brasil, a USAID realizou uma série de empréstimos em setores estratégicos, doações pontuais de recursos e assistência técnica. Prioritariamente, as ações da agência americana se deslocaram para, de acordo com Gaio (2008), as áreas de crescimento econômico e desenvolvimento agrícola, meio ambiente, educação e treinamento, assistência humanitária, saúde e nutrição, democracia e governabilidade. Especificamente no setor primário da economia, a USAID priorizou seis áreas: pesquisa aplicada à agricultura, crédito aos produtores, desenvolvimento da indústria de sementes, educação agrícola, mercado agrícola e programas de fertilizantes (USAID, s/d). Nesse aspecto, o convênio entre a Universidade de Purdue e a UREMG, mesmo tendo iniciado na década de 1950, recebeu apoio financeiro e logístico da USAID nos anos 1960 pela afinidade com os propósitos da agência.

A presença americana por meio de professores e técnicos na UREMG/UFV possibilitaria suprir algumas carências nas diferentes áreas da instituição. O grande problema estava na formação incompleta da maioria dos professores brasileiros, haja vista a baixa institucionalização da pós-graduação no Brasil. Os cientistas da Universidade de Purdue tornaram-se peças-chave na orientação de pesquisas, na construção do mestrado em horticultura, na produção de materiais didáticos em língua portuguesa etc. Somado a isso, muitos professores da UREMG/UFV foram enviados à Universidade de Purdue a fim de cursarem o mestrado ou o doutorado, de forma a incrementar a formação dos pesquisadores locais e, definitivamente, suprir a carência de qualificação dos cientistas locais.

Não é segredo que os convênios internacionais respaldados pela USAID tinham como intenção maior erradicar a ameaça comunista no país, potencializar a abertura de novos mercados e contribuir para a ajuda humanitária. Fernandez (1991) pontua que, além disso, esses programas ofereciam maiores oportunidades aos cientistas americanos de adquirir novas experiências em contato com outros países. Somado a isso, as pesquisas também poderiam ser aplicadas na economia americana, principalmente no que tange à agricultura.

De forma geral, Fernandez (1991, p. 101) aponta que o objetivo maior do convênio Purdue-UREMG/UFV consistia em “ajudar as universidades brasileiras e as organizações governamentais, na criação de sistemas mais efetivos de ensino, pesquisa e extensão em agricultura”. Outro ponto a ser destacado é a aproximação do convênio com os governos, o que significou a proposição e mediação de agendas políticas e pautas para o desenvolvimento agrícola. De forma mais específica, o relatório semestral de 1970 destrincha com minúcias as finalidades do convênio:

Desenvolver a pós-graduação na UREMG/UFV; desenvolver a Escola de Ciências Domésticas e Ciências Florestais; organizar a Estação Experimental de Pesquisa, de maneira a incrementar a qualidade das pesquisas; fortalecer o serviço de extensão na Universidade com o objetivo de disseminar o resultado das pesquisas; melhorar a competência técnica dos membros da equipe, trazendo maior eficiência no ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão; criar relações de benefícios mútuos entre a Universidade e outras organizações ligadas à agricultura (UFV, 1970, s/p).

É evidente que a participação dos norte-americanos por meio dos convênios não resultava apenas na transferência de recursos. O envolvimento era propositivo, tanto que o convênio possuía dois diretores: um brasileiro e outro americano. Em todas as atividades de pesquisa e em reuniões estratégicas, a presença de ambos se tornava obrigatória. Em Viçosa, até o processo de federalização da UREMG⁴ contou com a participação de membros do convênio, conforme foi analisado por Silva (2014). Em consonância, a equipe periodicamente se reunia com políticos e autoridades interessadas no desenvolvimento rural. Conforme salientou Molina (2016, p. 192), que analisou o convênio entre a ESALQ e a Universidade de Ohio,

[...] o objetivo dos estadunidenses era firmar parcerias que envolvessem a participação direta de seus técnicos e intelectuais na gestão estatal brasileira e não somente emprestar dinheiro e o know-how. Em última instância, além de ajuda técnica, os dólares chegariam com o fim de aumentar a influência política, econômica e cultural dos EUA no Brasil.

Na tese de Fernandez (1991), existe um quadro com a divisão das metas do convênio por meio dos contratos vigentes. No primeiro contra-

to, de 1952, a meta foi simples: auxiliar a construção da Escola de Ciências Domésticas e desenvolver programas de extensão rural. Já em 1958, houve maior ambição do projeto, até porque havia mais recursos em conjunto com o apoio de outras instituições. Dessa forma, era ambicionada a adoção da filosofia do “land grant college”, com a maior integração de ensino, pesquisa e extensão. Na prática, isso significava propor programas de pesquisa e criar ferramentas para disseminar seus resultados para os produtores. Para o contrato renovado em 1964, a Universidade de Purdue trabalharia com UREMG em ações para desenvolver a competência profissional e técnica do seu corpo docente, sobretudo com ênfase na pós-graduação (FERNANDEZ, 1991).

Somado a isso, Silva (2014) aponta que o convênio articulou investimentos com diversas instituições interessadas na modernização da agricultura, o que atraiu empresas, governos e instituições filantrópicas internacionais na produção científica da universidade. A orientação de pesquisas, a concessão de bolsas e equipamentos, a oportunidade de cursar pós-graduação no exterior, enfim, são elementos que se tornaram ingredientes importantes na execução dos convênios internacionais na UREMG/UFV.

O convênio e a ditadura

Compreender a dinâmica da modernização conservadora⁵ e o projeto de desenvolvimento econômico da ditadura elucida a importância dos convênios internacionais para o projeto de desenvolvimento do regime militar. De acordo com Napolitano (2014, p. 75), as lideranças militares chegavam à conclusão de que havia a necessidade de “uma urgente modernização do Estado e da economia, em moldes capitalistas, visando facilitar a vida dos investidores e grandes corporações nacionais e multinacionais”. Dentro da estratégia de modernização, esses convênios movimentavam grandes somas de recursos e, além disso, possibilitavam contatos com possíveis clientes de tecnologias produzidas nacionalmente.

Portanto, o golpe de 1964 alterou profundamente a orientação brasileira em relação aos Estados Unidos. No governo de Jânio Quadros e também de João Goulart, a orientação diplomática brasileira consistia na condução das relações com os países sem um compromisso taxativo com os Estados Unidos. Essa nova orientação foi chamada de Política Externa Independente (PEI). Porém, no governo do marechal Castello Branco, na

necessidade de alterar qualquer aparência com a política de seu antecessor e alentar parte da base apoiadora do golpe, o retorno à cooperação com os norte-americanos deu o tom da política externa brasileira. De acordo com Saraiva e Vigevani (2014, p. 22), “a PEI foi descontinuada, substituída pela estratégia do governo Castello Branco, sinalizando uma decidida inserção no mundo ocidental e o estreitamento das relações com os Estados Unidos”.

Cabe ressaltar que a própria USAID declarou que, a partir do golpe – chamado por eles de revolução –, a condução das políticas para o desenvolvimento ocorreu de outra maneira. De acordo com a agência de ajuda externa americana, “nos primeiros anos da Aliança para o Progresso no Brasil, o desenvolvimento econômico brasileiro e a formulação de metas da Aliança foram frustradas por políticas econômicas criadas naquele momento” (USAID, s/d, s/p). Claramente existe uma crítica ao trabalho de João Goulart à frente do país, o que foi solucionado prontamente com o golpe militar. Assim,

[...] desde a revolução de março de 1964, o governo brasileiro tem buscado programas coerentes de desenvolvimento, reforma e estabilização. A Aliança para o Progresso tem a finalidade de apoiar os esforços brasileiros para a consecução desses objetivos (USAID, s/d, s/p).

O convênio entre a UREMG/UFV e a Universidade de Purdue fazem parte desse conjunto.

Dessa forma, os convênios com os programas norte-americanos de ajuda externa ganharam maior relevância com a proximidade do primeiro governo militar com Washington. De acordo com Arapiraca (1979, p. 150), “a intensificação desse programa de ajuda foi possível após o fato político relacionado com o movimento armado que tomou o poder no Brasil, em 1964”. Dezenas de acordos foram assinados entre o Ministério da Educação e a USAID, os conhecidos Acordos MEC-USAID.

Conforme citado anteriormente, antes do golpe já havia outros programas e convênios que foram realizados entre os dois países. Muitos recursos foram enviados aos Estados e regiões de políticos com tendência liberais e opositores a João Goulart. Porém, no prosseguimento do regime militar, a dinâmica de funcionamento desses programas foi potencializada com a política de abertura ao capital americano, conforme os ditames do mandato do presidente Castello Branco.

Especificamente no caso mineiro, o governo de José de Magalhães Pinto⁶ (1961-1965) também facilitou a boa convivência entre americanos e brasileiros no estado. Os técnicos de Purdue possuíam prestígio com a gestão udenista, o que facilitou o fechamento de vários convênios com outras instituições internacionais no estado como Fundação Ford, Fundação Rockefeller, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), entre outras.

De forma geral, o convênio Purdue-UREMG/UFV demonstrou estar afinado aos interesses econômicos da ditadura. Aproximar a realidade da agropecuária com o sistema industrial era ambicionado pelos militares. Dessa forma, a própria relação com os Estados Unidos e as oportunidades abertas por meio da associação com USAID e outras organizações financeiras sinalizavam que os objetivos do convênio ambicionavam a modernização da produção agrícola nacional associada ao desenvolvimento institucional local. Na proposta apresentada à USAID para renovação de vínculos entre a Universidade de Purdue e a UFV, demonstrou-se enfaticamente o caráter nacional das consequências positivas do convênio:

Uma das conclusões que a comissão atingiu foi que o Projeto Purdue-UFV vinha sendo e é um empreendimento altamente bem sucedido. Contribuiu de maneira significativa para o crescimento e desenvolvimento da Universidade. O projeto tornou possível à Universidade contribuir mais para o **desenvolvimento da agricultura brasileira** do que teria de outra forma ocorrido (UFV, 1971, s/p, grifos nossos).

Os outros dois motivos que se relacionam diretamente ao desenvolvimento da agricultura nacional são pontuados pela comissão que avaliava o programa. Um deles dizia respeito à “necessidade futura da agricultura brasileira em termos de cientistas treinados em agricultura e conhecimento científico útil, para fornecer serviços em quantidades grandemente crescentes” (UFV, 1971, s/p). Somado a isso, os autores afirmavam a necessidade de “desenvolver esses serviços específicos em áreas extremamente prioritárias relacionadas com a necessidade de modernização da agricultura brasileira” (UFV, 1971, s/p).

A atuação da USAID por meio do programa entre as duas universidades chamou a participação de outras instituições americanas para in-

vestir em programas semelhantes em outras escolas agrícolas brasileiras (UFV, 1971). Isso demonstra o êxito que o projeto alcançava na percepção dos parceiros do norte do continente⁷. Segundo o texto apresentado à USAID, a proposta de renovação de vínculos e os objetivos do projeto, na concepção da própria agência americana, consistiam em “aumentar sua capacidade de servir o setor agrícola de Minas Gerais e da região; [e] aumentar sua produção de técnicos e cientistas” (UFV, 1971, s/p). O incremento da pós-graduação e o financiamento de bolsas de pesquisas direcionavam essa meta a patamares reais.

Em complemento, a formação de cientistas objetivava elevar a “capacidade profissional dos pesquisadores, ligando seus programas de maneira eficaz ao trabalho de outras instituições públicas e privadas dedicadas ao desenvolvimento da agricultura brasileira” (UFV, 1971, s/p). Alguns elementos chamam a atenção nessa meta ambicionada pela USAID. Em primeiro lugar, a ênfase na formação profissional do corpo docente. Incrementar a formação dos cientistas era colocado como prioridade dentro do programa, haja vista, conforme citado anteriormente, a concessão de bolsas e o investimento na pós-graduação que foram compatíveis com essa proposta. Em segundo lugar, era prevista a associação do conhecimento acadêmico a outras organizações que se vincularam ao desenvolvimento da agricultura. Pensar na conexão entre instituições públicas e privadas convergia com o interesse do regime militar em diversificar suas fontes de financiamento e angariar parcerias que racionalizassem custos e associassem a universidade a uma rede de contatos para além das fronteiras do campo científico.

Ainda no tocante aos recursos, as formas de financiamento dessas atividades alinhavam-se aos interesses da ditadura. A continuidade do convênio seria efetuada com “recursos da Usaid através da Universidade de Purdue e investimentos complementares por organizações locais e internacionais, como as Fundações Ford, Rockefeller, a FAO e outras mais” (UFV, 1971, s/p). Encontrar um programa que atuasse na promoção da modernização econômica e, ao mesmo tempo, buscasse recursos em formas viáveis e acessíveis de financiamento parecia perfeito para o planejamento econômico do estado. Em tempos de austeridade como os vividos na presidência de Castello Branco, alargar a rede econômica e permitir doação de recursos e empréstimos com juros baixos favorecia a política financeira dos governos. Somado a isso, fortalecer parcerias com a iniciativa privada animava os setores liberais que apoiaram o golpe e almejavam novas oportunidades de negócios.

Afinal, não é demais lembrar que a crise econômica contribuiu para o aprofundamento das disputas políticas no governo de Jango e a consequente derrubada da ordem constitucional com o golpe de 1964. Assim, a promoção da modernização econômica em um contexto inflacionário e com alta recessão fazia com que convênios com as instituições americanas fossem uma estratégia de desenvolvimento a baixo custo, pelo menos teoricamente. Arapiraca (1979) demonstra que grande parte do investimento americano nos convênios foi feita por empréstimos, que geraram a ilusão do dinheiro fácil e maior dependência econômica. Dessa forma, para obter ganhos para aquisição de recursos, a universidade associou-se com as instituições de ajuda externa.

Em reportagem que incluiu uma entrevista com o diretor americano do convênio Purdue-UREMG, a Universidade de Viçosa era encarada como referência no desenvolvimento agrícola do Brasil. O diretor, na verdade, lamentava que no Brasil a UREMG ainda não possuía o real reconhecimento de sua grande contribuição para o progresso da agropecuária nacional. Na sua concepção, por esse motivo, “não só os governos como as entidades privadas precisam acionar aquele centro de ensino” (O GLOBO, 1966).

De fato, algumas empresas mantiveram grandes contatos com a UREMG/UFV, especialmente a Agrocerec. Especialista em produção e comercialização de sementes melhoradas, alguns projetos entre as duas instituições foram efetuados com o apoio do governo. Uma notícia da Folha de S. Paulo elucidava esse negócio. Na ocasião da execução de um programa efetuado no Nordeste para o desenvolvimento da região às margens do Rio São Francisco, “o presidente da Agrocerec manteve encontros com técnicos da UFV. O projeto recebeu apoio do sistema operativo liderado pela Secretaria da Agricultura” (FOLHA DE S. PAULO, 1972b, p. 14). Dessa forma, com o suporte do governo estadual, investimentos da empresa de sementes e a atuação técnica dos cientistas da UFV, as estratégias para operacionalização de pesquisas possuíam várias frentes como convênios internacionais, parcerias com empresas e órgãos estatais.

Além disso, o papel da UREMG/UFV e dos convênios estabelecidos na instituição também significava expandir o modelo modernizador para a população rural, em especial para o grande produtor. Não bastava produzir tecnologia aplicada ao campo. Fazer com que o agricultor interiorizasse os princípios modernizadores se tornava essencial para a naturalização dos padrões de consumo modernos. O trabalho da extensão rural

consistia em convencer os agricultores e produtores a adotar as novas tecnologias de produção e, sobretudo, adquirir um estilo de consumo urbano, com o dispêndio de produtos industrializados:

O centro de publicações técnicas da Aliança para o Progresso – Usaid – publicou o manual de alimentação, para ser usado pelas extensionistas em economia doméstica rural, bem como para os educadores em geral. O volume foi preparado por técnicos do ETA, com participação da ACARESC, e revisto pela Dra. Virginia White, da Universidade de Purdue e assessora da Escola Superior de Ciências Domésticas (FOLHA DE S. PAULO, 1965, p. 2).

Dessa forma, o convênio entre a Universidade de Purdue e a UREMG/UFV não significava uma simples relação bilateral. Silva (2014) demonstra que a parceria entre as instituições tomou forma de uma rede científica, com participação de outras dezenas de organizações. Imersa em um fluxo de múltiplos interesses, o convênio possibilitou a participação de atores que também desejavam contribuir para a promoção da pesquisa em agropecuária por meio da universidade. Cada instituição citada ocupou determinado papel na promoção da modernização agrícola. Seja na captação de recursos para bolsas de pesquisas, empréstimos, doações, aquisição de equipamentos, negociação política com as instâncias superiores, formação técnica de professores e estudantes, auxílio na capacitação de agricultores com assistência técnica e extensão rural, enfim, a atuação desses grupos foi imprescindível para a dinamização das práticas científicas na UREMG/UFV.

Obviamente, é bastante questionável a real necessidade dos convênios internacionais para a economia brasileira, ou, pelo menos, a forma em que foram operacionalizados. A base do apoio financeiro acionado pela Aliança para o Progresso consistia em empréstimos, e não apenas transferência de recursos. Embora a doação de dinheiro e equipamentos não fosse incomum, o governo brasileiro financiou essa parceria. Molina (2016) abordou a discussão do legado negativo dos convênios. Nesse aspecto, sua contribuição para a redução da desigualdade social foi insuficiente:

No decorrer da ditadura militar, os funcionários do Government Accountability Office (GAO), órgão responsável pela auditoria, avaliações e investigações do Congresso dos

Estados Unidos, ao estudar o histórico dos programas ligados à “Aliança para o progresso” no Brasil, diagnosticaram que pouco foi feito para reduzir as desigualdades sociais, uma das grandes promessas dos estadunidenses com a implantação de seus programas no país, ao mesmo tempo que havia denúncias que os repasses de dólares aos brasileiros não estavam sendo investidos na educação pública, mas sim, no sistema privado [...] (MOLINA, 2016, p. 229-230).

Porém, na imprensa, a UREMG representava o sucesso da atuação da Aliança para o Progresso no Brasil. Diante das críticas endereçadas à presença de convênios internacionais no país – principalmente em relação aos famosos MEC-USAID –, a UREMG progressivamente colhia os frutos dessas parcerias, e seus ganhos eram expostos nos jornais de grande circulação nacional. No jornal *O Globo* (1965, s/p), a universidade foi apontada como obtentora de “resultados excelentes, dentro do espírito de cooperação que norteia a Aliança”. Ainda de acordo com o jornal, “uma série de acordos estabelecidos entre a USAID e a Universidade de Purdue vieram a beneficiar a UREMG” (*O GLOBO*, 1965, s/p). Para exemplificar, parte do orçamento da universidade contava com o apoio da Fundação Ford, com o envio de 500 milhões de cruzeiros, sendo que o Ministério da Agricultura enviou apenas 50 milhões (*O GLOBO*, 1965). O reitor ainda reforçou que o crescimento da universidade estava ligado aos convênios e que “graças ao generoso auxílio externo a UREMG tem desenvolvido, nesses dois anos e meio, impressionante ‘rush’ de novas obras” (*O GLOBO*, 1965, s/p).

Um dos projetos desenvolvidos conjuntamente com professores da UFV e os pesquisadores de Purdue relacionava-se com a produção do milho. Silva (2014) demonstra que a associação do cultivo do milho à erradicação da pobreza era recorrente na justificativa para a produção dos grãos. Dentro do programa de desenvolvimento do milho, muitas variedades de sementes foram produzidas, sobretudo com maior teor de proteína e maior valor biológico. O chamado supermilho, ou opaco-2, foi bastante utilizado na alimentação humana e animal:

O principal emprego da nova variedade – esclareceu o Dr. John Anderson, diretor do programa – residirá na alimentação de porcos, já que isso tem importante significado para a economia brasileira. Outro grande benefício será uma

melhora notável na nutrição de pessoas que baseiam sua alimentação principalmente no milho, como é o caso dos habitantes de Viçosa. As experiências, realizadas com 285 pessoas de Viçosa, contaram com a colaboração da UFV e com o financiamento da Agência de desenvolvimento internacional (AID) (O GLOBO, 1971, p. 14).

Esses convênios demonstraram-se coerentes com o projeto desenvolvimentista da modernização conservadora: a promoção da modernização da agricultura concomitante à redução dos conflitos sociais, por isso a ênfase na produção de alimentos de baixo custo como o milho. O aclamado potencial agrícola do Brasil em contraste com uma população com problemas em adquirir alimentos demonstrava os paradoxos da desigualdade social do país. Na Folha de S. Paulo (1972a, p 29), o milho opaco-2 é descrito no seu potencial de reduzir a desnutrição, “operando milagre ao salvar crianças condenadas à morte por insuficiência proteica”. Obviamente, o desenvolvimento do milho opaco-2 envolvia a agroindústria, na medida em que sua aplicação também seria destinada à alimentação suína para produção de carnes.

Outro projeto que recebeu bastante atenção do convênio Purdue-UFV foi o da soja. Com objetivos diferentes do programa de melhoramento do milho, a soja envolvia decisivamente o alargamento da rede científica e comercial em torno da expansão da pesquisa da oleaginosa. Esse cultivo não encontrava solos compatíveis para seu crescimento, o que redundava na necessidade de pesquisas para adaptação das sementes e fertilização química dos solos.

O programa de melhoramento da soja começou definitivamente na UREMG na década de 1960 e foi incrementado na década seguinte, sobretudo sob a participação e orientação dos cientistas americanos envolvidos com o Projeto Purdue. A interação de diferentes atores possibilitou condições propícias à construção de novos conhecimentos, aquisição de equipamentos e recursos financeiros para os trabalhos de investigação científica. Paralelamente ao projeto de expansão da soja, havia um reconhecimento da necessidade de explorar a fronteira agrícola do cerrado brasileiro. Sem dúvida, esse projeto relacionado ao desenvolvimento da soja atuou diretamente na associação da agricultura ao parque industrial nacional e internacional. Para a fertilização dos solos e melhoramento das sementes, as pesquisas serviram às indústrias de fertilizantes e agrotóxicos, em conjunto com as empresas responsáveis pela mecanização.

Conforme apontado anteriormente, a modernização do campo tornou-se uma questão de extrema necessidade para a ditadura. De acordo com Gustavo Alonso (2014, p. 96), o regime ensinava “ver o campo em compasso com o dinamismo industrial”, com a “promoção do latifúndio” e o “desenvolvimento de técnicas de produção para a agricultura”. O convênio Purdue-UFV, portanto, convergia diretamente com a promoção dos objetivos econômicos da modernização da economia nacional, uma vez que suas ações se correlacionavam com as intenções do regime em proporcionar a modernização e integrar a população rural nessa perspectiva.

Além dos projetos citados, um dos pontos fortes do programa foi o intercâmbio de professores e estudantes para os Estados Unidos subvencionado pela USAID. Em sua dissertação de mestrado, Silva (2014) aborda as possibilidades de incremento da formação acadêmica com a experiência internacional. A primeira modalidade de bolsa consiste em levar para os Estados Unidos cientistas com reconhecida “liderança cultural”. De acordo com Mattos (2013), o termo “líder cultural” chama a atenção para um processo de formação de visão de mundo. Consequentemente, o caráter ideológico do intercâmbio ficava evidente. Para isso, o intercâmbio consistia em apresentar o exemplo dos “países onde a democracia existia de verdade, como nos Estados Unidos, Suécia ou Noruega, pois, uma vez esclarecidos, esses jovens passariam a lutar em outra trincheira” (MATTOS, 2013, p. 354).

Enviar brasileiros com posição de liderança na comunidade científica era um grande passo para um aprendizado presencial, por meio de uma experiência de maior proximidade com a realidade norte-americana. Não obstante, isso não incluía apenas os professores da UREMG/UFV, mas também estudantes e até lideranças políticas envolvidas com a agropecuária. A primeira vez que esse projeto foi citado nos relatórios do convênio foi em 1966, quando alguns estudantes foram enviados aos Estados Unidos por um período de seis semanas. De acordo com o relatório:

7 estudantes da UREMG se juntaram com 8 alunos da ESALQ para uma visita aos Estados Unidos. Os estudantes, todos líderes em suas universidades, foram selecionados por um comitê de professores da UREMG e Purdue [...]. O objetivo deste projeto é dar aos líderes estudantis a oportunidade de verem por si mesmos, e interpretarem para seus colegas, o sistema econômico e educacional americano, tecnologia agrícola, empresa industrial e o estilo de vida ame-

ricano [...] os estudantes da UREMG retornaram com um melhor entendimento do sistema universitário americano. Essa viagem os ajudou a ter um melhor conhecimento e interesse no que ambos, Purdue e UREMG, estão tentando realizar em Viçosa (UREMG, 1966a, s/p).

Em 1970, o jornal UFV Informa trouxe uma entrevista com dois estudantes que participaram do intercâmbio naquele ano. É interessante observar que os alunos captaram aquilo que o programa objetivava em relação ao envio de jovens aos Estados Unidos. Demonstrando um sistema “quase perfeito” aplicado na América do Norte, os alunos eram desafiados a se formarem com a mesma perspectiva. Além disso, aparentemente o programa induzia o observador ao deslumbramento, com possibilidades infinitas de ganhos provenientes com a modernização da agricultura. Na visão do entrevistado e estudante de agronomia:

A agricultura americana é quase totalmente mecanizada, estando ao lado do avanço tecnológico do país. Existe um elo muito forte entre a indústria e a agricultura [...] A agricultura ainda tem ajuda muito grande das universidades e proteção do governo, no que diz respeito a créditos rurais, seguros da produção, estabilização dos preços e etc. [...] A mecanização da agricultura chegou a um ponto que, cerca de 1.500.000 fazendeiros produzem alimentos para uma população de 220.000.000 de pessoas e para exportação. Outro aspecto é que existe nos Estados Unidos uma agricultura especializada, havendo pouca diversificação de produção nas fazendas. Também não poderia deixar de mencionar a colaboração das cooperativas e um sistema perfeito de extensão rural (UFV INFORMA, 1970, s/p).

Sobre o aproveitamento da experiência da agricultura norte-americana, o estudante percebeu que a realidade observada no estrangeiro era plenamente possível de ser aplicada no Brasil, “muito se poderia aproveitar da agricultura americana para se aplicar no Brasil. Por exemplo, as diversas variedades de sementes, certos tipos de máquinas, a experiência em créditos rurais” (UFV INFORMA, 1970, s/p). Para que isso fosse possível, o estudante concluiu que “os agrônomos deveriam tentar utilizar ou aprender tudo que pode ser de interesse para a agricultura brasileira e para o próprio conhecimento” (UFV INFORMA, 1970, s/p). Nesse ponto, estão desconsideradas

pelo estudante as condições históricas que limitavam o crescimento da agricultura no Brasil, principalmente a concentração de terras e a precarização do trabalho. Diante disso, é perceptível que o perfil dos estudantes selecionados para o intercâmbio correspondia àqueles que já se apropriaram da concepção de agricultura moderna como referência para o Brasil. O discurso citado não parece ser uma mudança de direção; pelo contrário, há um reforço daquilo que outrora já estava estabelecido entre os estudantes participantes.

A segunda modalidade de bolsa enviava aos Estados Unidos indivíduos com posição de destaque na universidade ou no meio político. O chamado curso de reciclagem envolvia diretamente professores com cargos administrativos e políticos com ligação com o meio acadêmico. O prof. Erly Brandão, que foi codiretor do convênio, ficou um semestre em Purdue para sua formação como gestor na universidade. Ele se comprometeu bastante para a fundação do Programa de Pós-Graduação em Economia Rural na UREMG. No campo político, o prof. José de Alencar Carneiro Viana, ex-aluno e ex-diretor da instituição, foi enviado a esse programa; depois, tornou-se secretário de Agricultura de Minas Gerais na gestão de José de Magalhães Pinto. Além dele, Roberto Resende, também secretário da Agricultura e candidato ao governo mineiro em 1966, foi incluído nesse programa. De acordo com o convênio, “muitos sentiram que esta viagem forneceu várias ideias e muito estímulo ao Dr. Resende em operar vários programas do Estado da secretaria de agricultura” (UREMG, 1966b, s/p).

A terceira modalidade de bolsa, com maior orçamento quando comparada às outras modalidades, incluía professores e estudantes de graduação e pós-graduação, tanto os que cursavam no Brasil quanto os que faziam sua pesquisa nos Estados Unidos. O objetivo era o complemento da formação acadêmica com mestrado ou doutorado. Esse programa contribuiu para o aumento de professores com pós-graduação na universidade, o que, conseqüentemente, impulsionou a produção científica local.

Portanto, o oferecimento de bolsas envolvia a assimilação da cultura americana⁸ pelos cientistas, políticos e estudantes brasileiros. Acima de tudo, essa ferramenta atuava, ainda que indiretamente, para a acomodação em relação à ditadura, com a criação de lideranças “democráticas” por meio das bolsas para os estudantes e professores. Ao enviar estudantes e professores para o exterior, as relações entre governo e as instituições estrangeiras ficavam naturalizadas, sobretudo com a apresentação de vantagens pessoais advindas desses convênios.

A discussão em torno do programa de intercâmbio de estudantes, professores e políticos para os Estados Unidos é bastante polêmica. Afinal, o objetivo dos Estados Unidos era de fato o “convencimento forçado” dos brasileiros para que se enquadrassem no sistema de pensamento norte-americano? Na visão de Molina (2016), a resposta é sim. Para o autor, esses programas “objetivavam cooptar os professores e estudantes qualificados para seguirem os trabalhos iniciados pelo convênio no Brasil” (MOLINA, 2016, p. 220). Dessa forma, “receberiam maior instrução científica e ideológica, familiarizando-se com o paradigma da agroindústria norte-americana, ou seja, o sistema produtivo que conhecemos hoje como agronegócio” (MOLINA, 2016, p. 220.). Porém, não se pode perder de vista que o interesse de se influenciar pelos valores americanos partia dos próprios brasileiros. Os cientistas locais não eram uma tábua rasa em que qualquer ideologia estava pronta para ser assimilada na universidade. Pelo contrário, no caso de Viçosa, os convênios com os Estados Unidos, desde a década de 1920, foram iniciados com o convite feito para o prof. Peter H. Rolfs dirigir a ESAV, realizado pelo governo brasileiro. Isso já demonstra que a iniciativa partia essencialmente do Brasil.

É óbvio que os Estados Unidos objetivavam expandir seu *modus operandi* econômico para a América Latina. Suas práticas de convencimento envolviam empréstimos, doação de recursos, bolsas de estudos e, sobretudo, difusão de elementos da cultura americana como produtos industrializados e até o cinema. No entanto, os americanos não mudaram a mentalidade dos brasileiros nem os rumos políticos e econômicos do país. Eles apenas reforçaram e financiaram aquilo que de antemão era desejado pelas elites.

Conclusão

O convênio entre a Universidade de Purdue e a Universidade Federal de Viçosa evidenciou um caráter associativo que foi além da esfera científica e institucional. O projeto de desenvolver a agricultura moderna nacional por meio do investimento em pessoal e equipamentos transformou a universidade da pequena Viçosa em celeiro de projetos científicos com dimensão nacional.

Dessa forma, o contexto da Guerra Fria e a mudança de orientação do Brasil em relação aos Estados Unidos também são ferramentas explicativas para o incremento da rede científica para a produção agrí-

cola modernizada. O intento norte-americano de regular as economias periféricas com o ensejo da ditadura em financiar a agricultura, atraindo investimentos estrangeiros, fortaleceu ainda mais o intercâmbio com a USAID, e, nesse caso, o convênio Purdue-UFV se tornou o símbolo de uma parceria bem-sucedida.

Em relação às influências dos convênios internacionais e sua interlocução com o regime ditatorial, o convênio entre a UFV e a Universidade de Purdue também representou os interesses de parte da comunidade acadêmica de Viçosa em cooperação com o projeto modernizador da ditadura. Todo o arsenal necessário para o desenvolvimento agrícola estava contido nos princípios do convênio, o que fortaleceu o canal de interlocução entre a universidade e o regime autoritário, principalmente no tocante ao projeto de modernização da agricultura que era cobiçado pelos militares e desejado pelos cientistas locais, ou seja, havia uma convergência enorme entre o campo político e os cientistas.

Por outro lado, os programas da USAID nas universidades não reduziram a relação entre os americanos e os brasileiros como uma simples subordinação dos interesses nacionais aos estrangeiros. As elites locais tinham total interesse nos recursos, no desenvolvimento institucional e na influência norte-americana no país. Isso não diminuiu o alto preço pago pelos governos no financiamento da presença estadunidense na modernização agrícola. Porém, apostar na subordinação sem reconhecer o papel dos cientistas como interessados na interlocução com os estrangeiros seria reduzir demais a complexidade das relações entre os dois países.

Recebido em: 06/04/2019

Revisado em: 06/05/2019

Aprovado em: 10/06/2019

Notas

1 Graduado em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestre em Extensão Rural pela UFV. Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: gbianch@gmail.com

2 Em 1969, a UREMG se federalizou e foi renomeada como Universidade Federal de Viçosa. Diante de uma grande crise política e econômica no Estado de Minas Gerais, governado por Israel Pinheiro (1966-1970), o atraso salarial dos professores motivou um grande movimento interno para a federalização da universidade.

3 A Universidade de Purdue é uma instituição situada na cidade de West Lafayette, no estado de Indiana. Fundada no século XIX, de vasta formação acadêmica, a universidade se destacou na formação de profissionais para a agricultura, sobretudo com pesquisas ligadas à agropecuária.

4 Embora os membros americanos do convênio acreditassem que a solução para o problema da universidade estava na maior vinculação da instituição ao capital privado, a penúria financeira contribuiu para que eles apoiassem a federalização. Parte das reuniões de negociação com o governo estadual e federal na época foram mediadas por membros do convênio Purdue-UREMG, conforme salientou Silva (2014).

5 O conceito de modernização conservadora aqui utilizado foi cunhado por Barrington Moore Jr. e explicado por Rodrigo Motta. De acordo com Motta (2014, p. 11), “esse autor defendia o argumento de que os processos de modernização seguiriam trilhas diferentes em alguns países, nos quais as tendências modernizadoras poderiam se mesclar a forças conservadoras. Dessa forma, o setor agrário tornava-se estratégico, pois seria utilizado pelos governos como forma de redução dos conflitos sociais.”

6 José de Magalhães Pinto governou Minas Gerais entre 1961 e 1966. Grande apoiador do golpe de 1964, o udenista sempre se entusiasmou com a presença norte-americana no país. Com ele à frente do governo, o convênio encontrou total apoio para as demandas científicas do programa. Após seu mandato, os cientistas encontraram diversas dificuldades para prosseguir com o convênio, o que gerou muito desgaste com o governo subsequente, do governador Israel Pinheiro.

7 Convênios entre universidades americanas e brasileiras foram firmados na década de 1960, aos moldes do convênio Purdue-UREMG/UFV. Na Universidade de São Paulo, *campus* de Piracicaba, foi formulado o programa com a Universidade de Ohio (1964-1973); a Universidade Federal do Ceará recebeu um convênio com a Universidade do Arizona; a Universidade Federal do Rio Grande do Sul se conveniou à Universidade de Wisconsin.

8 Cultura americana, nesse aspecto, refere-se aos valores devotados pelos estadunidenses no tocante ao desenvolvimento da sociedade moderna, a saber, o individualismo e o capitalismo. Em conjunto com isso, o sonho americano de prosperidade, fundamentado na propriedade privada e no empreendedorismo, está incluído no que é denominado aqui cultura americana.

Referências

ALONSO, Gustavo. Ditadura do sertão: Apoio e consenso da ditadura civil-militar na música sertaneja. *In: CORDEIRO, Janaina et al. À sombra das Ditaduras*. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano**. Rio de Janeiro: IESAE/FGV, 1979.

AYERBE, Luís Fernando. **Estados Unidos e América Latina: construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERNANDEZ, Adriela. **The Purdue-Viçosa Project: a case study in institution building**. 1991. 216f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de Purdue, Lafayette, 1991.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, mar. 1965, p. 2.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 29 jul. 1972a, p. 29.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 9 set. 1972b, p. 14.

GAIO, Daniel Machado. **A concepção de modernização na política de cooperação técnica entre o MEC e a USAID**. 2008. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UnB, Brasília, 2008.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. **Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

MOLINA, Rodrigo. **Ditadura, agricultura e educação: a ESALQ/USP e a modernização conservadora do campo brasileiro (1964 a 1985)**. 2016. 492f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 15 jun. 1965, Matutina, Geral.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 30 dez. 1966, Matutina, Geral.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 7 abr. 1971, p. 14.

SARAIVA, Miriam Gomes; VIGEVANI, Tullo. Política externa: continuidade em meio à descontinuidade, de 1961 a 2011. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVA, Gustavo Bianch. **A ciência em rede**: os vínculos entre instituições e cientistas no contexto da modernização da agricultura (1958-1973). 2014. 146f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, UFV, Viçosa, 2014.

USAID – United States Agency for International Development. Disponível em: <https://dec.usaid.gov/dec/home/Default.aspx>. Acesso em: 10 mar. 2019.

UFV – Universidade Federal de Viçosa. Purdue-Brazil Project. **Relatório semianual**. Viçosa, 1970.

UFV – Universidade Federal de Viçosa. **Extensão e financiamento do projeto da Universidade de Purdue/Universidade Federal de Viçosa**. Viçosa, 1971.

UFV INFORMA. Viçosa, ago. 1970.

UREMG - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Purdue-Brazil Project. **Thirty one report**. Viçosa, 1966a.

UREMG - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Purdue-Brazil Project. **Reports**. Viçosa, 31 jan. 1966b.